

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS PARA O ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO SEGMENTO DE PETRÓLEO E ENERGIA: COMPARATIVO ENTRE AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO *CARBON DISCLOSURE PROJECT* NO BASIC

Luana das Graças Queiróz de Farias
Mestre em Planejamento Ambiental
NPGA/UFBA, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
E-mail : luanaffarias@yahoo.com.br

José Célio Silveira Andrade
Doutor em Administração
Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
E-mail: celiosa@ufba.br

André Luis Rocha Souza
Mestre em Administração pela UFBA
E-mail: andre_financas@yahoo.com.br

Maria de Fátima Barbosa Goés
Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia
E-mail: mfbgoes@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos, o tema mudanças climáticas tem recebido especial atenção das empresas e dos Governos e nesse contexto, o *Carbon Disclosure Project (CDP)* vem desempenhando um papel importante na evidência de informações ambientais. Este caso para ensino identificou as estratégias ambientais para o enfrentamento das mudanças climáticas no segmento de Petróleo e Energia das empresas participantes do CDP no BASIC (Brasil, África do Sul Índia e China). A partir da década de 1990 as organizações intensificaram as restrições ao uso do carbono, refletindo em ações e compromissos mais efetivos, principalmente na adoção de estratégias ambientais e tecnológicas para diminuir os impactos ao meio ambiente, e ao mesmo tempo, obter e gerenciar informações acerca de suas emissões. Assim, esse caso para ensino realizou uma análise comparativa entre as iniciativas/respostas oferecidas pelas empresas integrantes do CDP nos países acima citados, a partir da análise documental.

Palavras-chave: Estratégias Climáticas. Mudanças Climáticas. Carbon Disclosure Project.

ABSTRACT

In recent years, the issue of climate change has received special attention from companies and governments, and in this context, the Carbon Disclosure Project (CDP) has played an important role in the disclosure of environmental information. The case for teaching identified environmental strategies to tackle climate change in the segment of Petroleum and Energy companies participating in the CDP BASIC (Brazil, South Africa, India and China). From the 1990's organizations have intensified restrictions on the use of carbon, reflecting on actions and commitments more effective, particularly in the adoption of technological and environmental strategies to reduce impacts to the environment, and at the same time, obtain and manage information about their emissions. Thus, this case for teaching conducted a comparative analysis between the initiatives \ answers offered by companies of the CDP in the above countries, from the documentary analysis.

Key Words: Climate Strategies. Climate Change. Carbon Disclosure Project.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas estão no centro do debate público como o maior desafio do século XXI (GIDDENS, 2010). Esse tema vem sendo incorporado aos discursos e compromissos governamentais e empresariais ao longo da última década, visando a soluções e alternativas para detectar as causas e conter o avanço desse processo. As informações transmitidas à sociedade sobre o assunto revelam, todavia, um ambiente complexo e permeado por incertezas em relação às variações climáticas e aos efeitos para a manutenção de condições elementares à vida no planeta.

Nesse sentido, não apenas a população sente-se receosa quanto aos problemas ambientais decorrentes do Aquecimento Global, mas, principalmente, os tomadores de decisão nas organizações. Economistas de todo o mundo estão demonstrando que o Aquecimento Global está afetando negativamente a economia e, portanto, as empresas não podem negligenciar os impactos ambientais no planejamento de seus empreendimentos.

O Aquecimento Global refere-se ao aumento da temperatura média superficial do planeta, nos últimos 150 anos. De acordo com pesquisas realizadas pelo Painel Intergovernamental Climático (IPCC), diversas mudanças ambientais importantes como a diminuição da cobertura da camada de gelo, o aumento do nível do mar e as alterações inesperadas dos padrões climáticos têm sido fonte de grande preocupação para as empresas, os governos e a população. Tem-se afirmado que haverá, sobretudo, restrições ao abastecimento de água, ao fornecimento de energia e a setores como a agricultura.

Na atualidade, os tomadores de decisão verificam, com cautela e expectativa, os novos desafios e oportunidades impostas pela Economia de Baixo Carbono. Os esforços dos dirigentes em adequar o posicionamento das organizações tornaram-se mais explícitos a partir dos anos noventa, quando muitos países importantes ratificaram o Protocolo de Kyoto. Paralelamente, também o avanço científico da ciência do clima, através de publicação de relatórios por instituições conceituadas como o IPCC, UNEP, tem contribuído para elevar a participação das empresas sobre o Aquecimento Global (GRAU-NETO, 2007).

O novo contexto de Economia de Baixo Carbono para as empresas deverá repercutir diretamente no preço final dos seus produtos e serviços, acrescendo os custos das externalidades do Aquecimento Global do planeta, ou seja, as empresas que produzirem com menos emissões alcançarão vantagens competitivas sustentáveis.

No âmbito internacional, o acontecimento mais marcante, no que concerne ao meio ambiente, sem dúvida, foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro, ocasião em que foram discutidos os problemas ambientais globais e propostas ações incentivadoras do Desenvolvimento Sustentável, como os documentos publicados: Agenda 21, Declaração Rio, Convenção sobre Biodiversidade e a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (CQNUMC).

A Eco- 92, no entanto, apresentou como aspecto mais significativo a antecipação da ameaça do aquecimento global e a assinatura da CQNUMC, que versou sobre a estabilização do lançamento de CO₂ na atmosfera. A partir da realização da Eco-92, as questões ambientais tornaram-se cada vez mais recorrentes na política ambiental internacional e nas diversas agendas corporativas, especialmente nas discussões relacionadas aos temas desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.

Nesse sentido, no período de 1995 a 1997 foram realizadas as Conferências das Partes (1ª e 3ª COPs), visando à elaboração de um protocolo que limitasse a redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEEs). As COPs tinham como propósito a adoção de obrigações de redução de GEE entre os países, compromissos estes que foram adotados na 3ª COPs, em 1997, realizada em Quioto-Japão, dando origem ao Protocolo de Kyoto.

O Protocolo de Kyoto surgiu em 1997 como um instrumento de Governança Ambiental Global (GAG) e visou ao estabelecimento de metas para mais de cinquenta países reduzirem suas emissões GEE, em média, 5,2% em comparação aos níveis de 1990 para o período de vigência do documento (2008-2012). Esse documento prevê mecanismos de flexibilização, que se instituem como órgãos econômicos baseados nos princípios da eficiência, e, além disso, asseguram o cumprimento da CQNUMC. Para atingirem esses escopos, os mecanismos foram divididos em três classes: a Implementação Conjunta (IC) consente que os países industrializados compensem suas emissões financiando projetos de redução em outros países industrializados; o Comércio de Emissões (CE) admite que os países negociem suas emissões permitidas; e os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) permitem que os países industrializados atinjam suas metas individuais por meio de projetos implantados em países em desenvolvimento (GOLDEMBERG, 2005).

Dentre eles, o MDL adquiriu importância no cenário mundial, especialmente pela particularidade de ser o único instrumento que permite a participação dos países em desenvolvimento. A finalidade do MDL é oferecer assistência às Partes Não-Anexo I da Convenção, para que sejam capazes de viabilizar o Desenvolvimento Sustentável através da prática de projetos, e desse modo, colaborar para o objetivo fim da Convenção.

Assim, esse estudo mostrou como as empresas pertencentes aos países chamados BASIC estão investindo nas áreas de eficiência energética e energia renovável e como as políticas nacionais e internacionais estão afetando os investimentos privados. Dessa forma, a percepção em relação à urgência do problema do aquecimento global vem se difundindo entre nações e empresas e, em consequência disso, existe uma crescente procura entre os países por projetos economicamente viáveis, que promovam, principalmente, a substituição das energias provenientes dos combustíveis fósseis por outras renováveis.

Em âmbito mundial, contudo, nos últimos anos, a apresentação de estratégias ambientais pelas grandes companhias tem sido promovida de forma estruturada pela organização sem fins lucrativos *Carbon Disclosure Project* (CDP), revelando-se num mecanismo de GAG importante para responder às pressões dos investidores institucionais (bancos, seguradoras, fundos de pensão, etc) e para o desenvolvimento de políticas nacionais e corporativas a nível estratégico de combate as mudanças climáticas.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CASO

A partir da década de 1990 as organizações intensificaram as restrições ao uso do carbono. As principais ações são refletidas no compromisso efetivo de muitas empresas, principalmente na adoção de estratégias ambientais e tecnológicas para diminuir os impactos ao meio ambiente, e, portanto, obter e gerenciar informações acerca de suas emissões. A transição para uma Economia de Baixo Carbono ou com ênfase na redução de GEE iniciou na década de 70 por razões vinculadas à segurança energética e teve como marco mais significativo na área climática a assinatura do Protocolo de Kyoto, em 2007 (VEIGA, 2009).

O crescimento contínuo nas últimas décadas das emissões de GEE tem estimulado o fenômeno chamado “efeito estufa” e gerado consequências para qualidade de vida na terra, afetando a agricultura, o fornecimento de água e até mesmo alterações nos padrões climáticos do planeta (MCT, 2011). Esse assunto, embora controverso, é relevante, e vem merecendo importantes ações e acordos de política internacional, como foi retrato na seção anterior.

Segundo o Ecomuda (2011) as atividades que contribuem para o aumento das concentrações de GEE a nível global são: Energia 57%, CFC 17%, Agricultura 14%, Desmatamento 9%, Indústria 3%. Observa-se, entretanto, que mais da metade da contribuição dos GEE dá-se no setor de energia, onde é feita a queima dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) para as finalidades de transporte e obtenção de energia elétrica.

Nesse ambiente composto por restrições ao uso do carbono, as empresas estão adotando estratégias ambientais para diminuir custos e riscos, aumentar as receitas e os ativos intangíveis em atenção às necessidades dos seus *stakeholders* e também, participando de mecanismos de GAG como o CDP. Na atualidade, o CDP vem sendo reconhecido como um dos principais regimes privados de GAG utilizados para subsidiar as respostas corporativas atinentes às alterações climáticas. As informações requeridas pelo CDP concentraram-se em quatro áreas principais: a) visão da Administração sobre riscos e oportunidades que a mudança climática representa para os negócios; b) contabilização das emissões de GEE; c) estratégia gerencial de redução das emissões ou minimização de riscos e capitalização e, d) governança corporativa relativa às mudanças climáticas.

O estudo desenvolvido pelo CDP, neste caso, focou nas respostas das empresas do segmento de petróleo e energia do BASIC às mudanças climáticas, ou seja, está trabalhando no fornecimento de informações necessárias para que as empresas comuniquem suas estratégias para as mudanças climáticas para os investidores institucionais e os demais públicos envolvidos. Um exemplo recorrente ao longo deste estudo é a evidenciação do MDL como mecanismo de uma política pública, GAG e de oportunidades empresariais, criando fluxo de capital para investimentos em energia limpa nos quatro países analisados.

De forma geral, nos países analisados, todavia, há um arcabouço político que impõe princípios e regulamentações para aumentar a eficiência energética e o uso de energia renovável.

Em particular, o MDL tem desempenhado nesses países um importante papel, incentivando os investimentos corporativos na área de energia renovável.

Nos países do BASIC, alguns exemplos puderam ser evidenciados: China – a ênfase foi voltada para a política nacional de energia renovável e estímulos os investimentos privados; Índia - as ações estavam concentradas na regulamentação para os investimentos em eficiência energética; África do Sul - a segurança energética e redução de custos são fatores decisivos e no Brasil, além do MDL, os biocombustíveis incentivam os investimentos no setor de energia limpa.

Abaixo, apresenta-se quadro síntese das principais respostas estratégicas das empresas participantes do CDP nos anos de 2009 e 2010 frente às regulamentações governamentais nacionais do setor de Energia e Petróleo do BASIC.

Quadro 1- Síntese das iniciativas/respostas das empresas participantes do CDP na China, Índia, África do Sul e Brasil (2009-2010) em relação às regulamentações governamentais nacionais.

País	Regulamentações governamentais nacionais	Motivações	Estratégias das empresas
Índia	Regulamentação- governo determina os padrões de eficiência energética MDL – desenvolve papel importante na tomada de decisão de investimentos para empresas	Redução de custos	Eficiência energética
		Regulamentações presentes ou futuras	Plano de redução de emissão de GEE
		Incentivos do MDL	Energias renováveis
África do Sul	Segurança energética e a redução de custos exercem papéis importantes Acordos voluntários	Redução de custos	Eficiência energética
		Regulamentações presentes ou futuras	Energias renováveis
		Incentivos do MDL	
China	Necessidade de regulamentações mais específica para o setor MDL representa um ponto de partida para os investimentos corporativos, tanto para desenvolvimento de projetos quanto para novos serviços empresariais	Redução de custos	Eficiência energética
		Regulamentações presentes ou futuras	Plano de redução de emissão de GEE
		Incentivos do MDL	Energias renováveis
Brasil	Fortes demandas regulatórias para o setor estão tendo um efeito considerável sobre os investimentos das empresas Demanda por medidas que promovam o reconhecimento das boas performances de eficiência energética Políticas dos bio-combustíveis e MDL têm encorajado novos investimentos	Redução de custos	Plano de redução de emissão de GEE
		Regulamentações presentes ou futuras	Energias renováveis
		Incentivos do MDL Política Ambiental Corporativa	

Fonte: Adaptado de CDP (2010).

Quanto aos investimentos corporativos em eficiência energética nos quatro países estudados, em especial na China encontra-se o maior investidor global. Tal fator vem sendo impulsionado pela política nacional de energia renovável, contribuindo assim para os investimentos e motivando as

ações das empresas (ANDI, 2011). Além disso, as questões ligadas à regulamentação, bem como, do ponto de vista empresarial, os benefícios de redução do custo e segurança energética tem contribuído para esse cenário.

As respostas demonstradas abaixo, Figura 1, mostram que existe um relativo otimismo quanto ao fluxo de investimento do setor privado no BASIC, sendo este direcionado para energia limpa (tanto geração como eficiência energética).

	Redução no custo da energia	Regulamentação presente ou futura	Renda/incentivo, por exemplo MDL	Política ambiental interna	Segurança energética
Brasil	100%	83%	67%	100%	67%
China	73%	73%	18%	82%	64%
Índia	83%	67%	67%	100%	33%
África do Sul	100%	64%	64%	100%	82%

As porcentagens representam a proporção de empresas entrevista para este relatório. Número de empresas entrevistadas: Brasil (6), China (11), Índia (6), África do Sul (11)

Figura 1- Vetores do investimento das empresas do BASIC em eficiência energética.

Fonte: CDP (2010).

Nesses países, as políticas ambientais corporativas e as regulamentações governamentais nacionais e internacionais estão provocando efeitos positivos no comportamento empresarial quanto a novos investimentos em eficiência energética.

Assim, observa-se que as empresas vêm internalizando as questões ambientais por meio das políticas internas e de responsabilidade socioambiental. Tais ações corroboram, também, com a estratégia ambiental ligada à valorização da marca melhoramento da imagem corporativa, por meio da introdução da questão sustentabilidade no arcabouço institucional (LIMIRO, 2009).

Os resultados demonstram que há investimentos do setor privado em eficiência energética e energia renovável nos países analisados, porém o sucesso destas ações pode variar bastante entre os países em função dos diferentes contextos político e socioeconômicos. De acordo com a análise do relatório e da Figura 1, todos os países do BASIC possuem um arcabouço regulatório que estabelece princípios e pretensões de aumentar a eficiência energética e o uso de energia renovável.

Por exemplo, na China, a política pública de energia renovável têm estimulado os investimentos. Já na Índia e no Brasil, os projetos de MDL tem atuado com um incentivador para os investimentos corporativos, tanto diretamente (como o desenvolvimento de projetos) e indiretamente (como novas áreas de negócio para empresas de serviço).

Já na África do Sul e no Brasil, a redução de custos e a política ambiental interna das organizações são vetores chaves. Ainda comentando sobre as empresas da África do Sul, no que se refere ao fator segurança energética, esse é mais importante se comparado às empresas dos demais países.

No tocante aos projetos de MDL, dentre outros projetos, embora se constitua como um instrumento de mercado (SIMONI, 2009), não necessariamente é o principal vetor de investimento nos países que compõem o BASIC. Esse aspecto constitui-se em uma alternativa a investimentos no desenvolvimento de novos projetos e/ou oportunidades de novos negócios para novas empresas (ANDI, 2011). É importante ressaltar que embora a China lidere, em nível global, as atividades de projeto de MDL no mundo, sendo responsável por mais de 44% de um total de 2939 projetos, apenas 18% das empresas participantes da entrevista demonstraram a importância do instrumento como vetor de investimento, diferentemente das empresas brasileiras e indianas, que embora ocupem a 3ª e 2ª colocação em termos de atividades de MDL no mundo, 6% e 21% respectivamente, entendem como importantes investimentos em projetos de MDL (ANDI, 2011).

Por fim, observa-se que para empresas da África do Sul o vetor segurança energética é mais importante se comparado às empresas dos demais países. No entanto, de acordo com a ANDI (2011), embora a celebração de um acordo de eficiência energética tenha contribuído para motivar as empresas, não atendeu as expectativas, não gerando o impacto esperado.

2.1 SITUAÇÃO-PROBLEMA

A análise deste caso demonstra que as empresas nos países BASIC estão realizando investimentos significativos em energia renovável e eficiência energética. Além disso, os resultados sinalizam que as políticas públicas nacionais e internacionais agem como importantes vetores para tais investimentos, incluindo-os como instrumento de GAG.

Mas, a constituição de estratégias para o enfrentamento desse problema continua sendo bastante complexa, por haver em torno dele um conjunto de interesses de países e, principalmente, dos grupos corporativos e de setores econômicos representativos. Nos países do BASIC, existem aspectos relacionados às circunstâncias específicas nacionais que estimulam ações corporativas, e favorecem novas regulamentações. Os níveis comparativos de investimento refletem condições econômicas diversas em cada país. Como estes pontos sugerem, políticas governamentais e regulamentação são importantes motivadores para o investimento corporativo.

Assim, os países que compõem o BASIC expõem um novo contexto político-ambiental referente às mudanças climáticas e a utilização de energia limpa. Essas questões podem ser problematizadas da seguinte maneira: Quais são as iniciativas/respostas que as empresas do segmento de Petróleo e Energia participantes do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, situadas no Brasil, na África do Sul, Índia e China estão apresentando para o enfrentamento das mudanças climáticas? Quais são as principais motivações das empresas nesses países?

Diante do exposto, nesse caso para ensino, busca-se identificar as estratégias ambientais adotadas pelas empresas participantes do CDP nos países: Brasil, China, Índia e África do Sul, através da análise comparativa entre as iniciativas das empresas situadas nos países do BASIC.

3 NOTAS DE ENSINO

3.1 FONTES DOS DADOS

Adotou-se como fonte principal de informação para fundamentação deste caso o relatório do CDP, intitulado “Tendências dos Investimentos Corporativos em Energia Limpa”, edição 2010. Nesse documento, constam as respostas das empresas para o pedido anual de *disclosure* feito pelos investidores no BASIC e são também, apresentados tópicos relacionados às emissões de GEE, energia, riscos e oportunidade, governança corporativa e investimentos para cumprimento de metas.

As empresas que recebem o pedido de informação dos investidores são sempre as empresas com maior capitalização nas bolsas de um país ou região. Em países aonde a geração de energia é predominantemente conduzida por empresas estatais o pedido de informação do CDP possui poucas respostas, visto que, para as empresas de capital fechado ou estatais a participação é considerada de caráter voluntário.

3.2 OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

O caso apresenta aspectos das estratégias ambientais para o enfrentamento das mudanças climáticas no segmento de Petróleo e Energia examinados à luz de um regime privado de GAG, denominado CDP, enfatizando as iniciativas\ respostas realizadas pelas empresas do BASIC. Seus objetivos são desenvolver nos participantes: (i) conhecimentos sobre as estratégias ambientais corporativas adotadas como respostas às mudanças climáticas; (ii) identificar os aspectos motivadores das respostas estratégicas adotadas; (iii) proporcionar aos participantes a condição de avaliar criticamente a influência das mudanças climáticas no ambiente dos negócios, sobretudo, no segmento de Petróleo e Energia.

3.3 ALTERNATIVAS PARA A ANÁLISE DO CASO

- Sugere-se a necessidade de leitura e análise individual pelo estudante antes da aula.
- Organizar a discussão em pequenos grupos de três a quatro pessoas com duração de 30 minutos para analisar as questões centrais do contexto do caso.
- Cada grupo escolherá um relator para apresentar suas conclusões ao grande grupo.

3.4 QUESTÕES PARA A DISCUSSÃO EM SALA DE AULA

- Quais as principais características das estratégias das empresas do segmento de energia e petróleo participantes do CDP utilizadas para fazer frente ao fenômeno das mudanças climáticas?
- As respostas estratégicas adotadas pelas empresas brasileiras no âmbito das mudanças climáticas são similares às das demais empresas integrantes do BASIC?
- Quais regulamentações e instrumentos de GAG influenciaram a empresa, e quais efeitos eles tiveram?
- Analisando a Figura 1 e o contexto apresentado neste caso, pode-se afirmar que as pressões políticas externas e internas de cada país influem nos vetores de investimentos das empresas do BASIC em eficiência energética?

REFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS

CARBON DISCLOSURE PROJECT . **Tendências dos Investimentos Corporativos em Energia Limpa no Brasil, China, Índia e África do Sul.** 2010, Disponível em:< <http://www.reeep.org/file>.> Acesso em: 10 de agosto. 2010.

REFERÊNCIAS RECOMENDADAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **MDL impulsiona investimentos em energia limpa nos países do BASIC.** Disponível em: < <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/1445/>>. Acesso em: 04-jul.2011.

CARBON DISCLOSURE PROJECT. **Relatório. Brasil.** Disponível em: <http://www.cdproject.net>>. Acesso em: 10 de novembro. 2009.

INTERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC . Summary for Policymakers. In: _____. **Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. 2007.** Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>>. Acesso em: 10 de março. 2010.

ECOMUDA, **Gases do Efeito Estufa.** Disponível em: < www.ecomuda.com.br>. Acesso em 10 de junho. 2011.

GIDDENS, A. **The politics of climate change.** Cambridge: Polity Press, 2010.

GOLDEMBERG, J. O Caminho até Joanesburgo. In: Trigueiro, A. (2005).(Coord.). **Meio ambiente no século XXI: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante.

GRAU-NETO, W. **O Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. : Uma análise crítica do Instituto.** São Paulo: Fiúza, 2007.

LIMIRO, Danielle. **Créditos de Carbono**: Protocolo de Kyoto e Projetos de MDL. Curitiba: Juruá, 2009.

MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA. (MCT) **Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no Mundo. 2011.** Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0215/215908.pdf>. Acesso em 30.03.2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. PROTOCOLO DE KYOTO. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/protquioto.htm>> Acesso em: 26 de jan. 2011.

SIMONI, Walter Figueiredo de. Mercado de Carbono. In: FUJIHARA, M. C. & LOPES, F. G. **Sustentabilidade e Mudanças Climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes Editora: Editora Senac São Paulo, 2009.

VEIGA, J. E. **Mundo em Transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento**: Campinas, SP, 2009.

_____. . Não é que os empresários vejam a sustentabilidade como obstáculo - ela é mesmo um obstáculo. In: ARNT, Ricardo. (Org.). **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010. 288 p.

GLOSSÁRIO

Carbon Disclosure Project (CDP) - Criado em 2000, o CDP é uma entidade sem fins lucrativos patrocinada pelo *Carbon Trust* do governo britânico e por um grupo de fundações lideradas pela *Rockefeller Foundation*, atuando na criação de banco de dados global sobre as emissões de carbono e no fortalecimento das relações entre acionistas e empresas. O CDP reúne mais de 2600 organizações distribuídas em 60 países, reunindo um conjunto de informações a respeito das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em como quais as ações que vem sendo empreendidas pelas empresas participantes. (CDP, 2010).

Protocolo de Kyoto - acordo multilateral formulado em 1997 que entrou em vigor, em nível mundial, em 2005, visando à minimização das mudanças climáticas globais, trouxe consigo a criação de um novo ativo financeiro: os créditos de carbono.

Acordo de Copenhague - a 15.^a Conferência das Partes aconteceu entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Capital da Dinamarca. O encontro é considerado o mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais, pois tem por objetivo estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Quioto, vigente de 2008 a 2012.

BASIC – Grupo composto pelos países (Brasil, China, Índia e África do Sul), criado em 2009, a partir de uma coalização do Brasil, constitui-se no composto de países emergentes que juntos buscam uma convergência/consenso para a emissão de CO₂ para a atmosfera, Assim, tem como finalidade estimular os países industrializados a apoiarem as nações em desenvolvimento para alcançar metas ambientais e provê cooperação científica e tecnológica e na formação de pessoal.

Esse grupo prega a autonomia de cada país na condução de inovações para o desenvolvimento sustentável (AGUIAR, 2010).

A Conferência das Partes (COP)- é um órgão supremo instituído pela convenção, que realiza reuniões em períodos espaçados, ocorrendo no final de cada ano, formada por representantes diplomáticos dos Estados-partes, com poderes de emendar a Convenção e referendar as decisões de outros dois Órgãos Subsidiários. Dentre os princípios enunciados pela Convenção das Partes, que objetivam guia-las para atingirem as metas traçadas, destaca-se o que declara a responsabilidade comum, mas diferenciadas das Partes, tendo em vista que os países industrializados (pertencentes ao Anexo-1 da Convenção) são os maiores emissores de gases de efeito estufa, obrigando-os, dessa maneira, a diminuir de maneira substancial suas emissões. Ademais, outro princípio traçado, foi o de levar em consideração as necessidades específicas dos países em desenvolvimento.

Gases de Efeito Estufa (GEE) - grupo formado pelo Dióxido de Carbono (CO₂), Metano (CH₄), Óxido Nítrico (N₂O), Perfluorcarbonos (PFCs), Hidrofluorcarbonos (HFCs) e Hexafluoreto de Enxofre (SF₆), são os principais responsáveis pelo aumento da temperatura na Terra e pelas mudanças climáticas.

Governança Ambiental Global (GAG)- é um agrupamento conexo de organizações, instrumentos, instituições, agências, mecanismos de financiamento e normas capazes de regular e salvaguardar, em âmbito mundial, o meio ambiente, através do fortalecimento e da mobilização dos atores estratégicos.

Stakeholders - conjunto de atores sociais que de alguma forma participam ou se interessam direta ou indiretamente das ações de uma empresa ou são afetados por decisões desta. Constitui-se de acionistas, investidores, Organizações da Sociedade Civil, empregados, governo, dentre outros atores que interagem com uma determinada empresa demandando boas práticas de governança corporativa de responsabilidade socioambiental através de uma relação que pode envolver tanto conflito como cooperação.